



Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

LEI Nº 2.827, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MEL – “MEL DE CAPITÃO”, NO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito eleito pelo Povo do Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Municipal sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Capitão Leônidas Marques, o Programa Municipal de Incentivo à Produção Sustentável de Mel – “Mel de Capitão”, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da apicultura como atividade econômica sustentável, ambientalmente responsável e socialmente inclusiva.

Art. 2º O Programa “Mel de Capitão” tem por finalidades:

- I – Promover o fomento à produção de mel e derivados apícolas de forma sustentável, respeitando os princípios da conservação ambiental e da biodiversidade;
- II – Incentivar a organização e a capacitação de apicultores e meliponicultores locais;
- III – Estimular o uso de tecnologias limpas e boas práticas de manejo apícola;
- IV – Contribuir para a preservação das abelhas e polinizadores, essenciais ao equilíbrio ecológico;
- V – Valorizar a identidade territorial e a qualidade do mel produzido no município;
- VI – Ampliar a geração de renda e oportunidades no meio rural, com foco na agricultura familiar.

Art. 3º Para a execução do Programa, poderão ser implementadas as seguintes ações e instrumentos de incentivo:

- I – Assistência técnica, formação e capacitação dos produtores;
- II – Fornecimento, subsídio ou apoio para aquisição de insumos, equipamentos, colmeias e materiais apícolas;
- III – Implantação de apiários demonstrativos e unidades de referência técnica;
- IV – Apoio à certificação sanitária, rotulagem, padronização e comercialização do mel com o selo “Mel de Capitão”;
- V – Celebração de parcerias com instituições públicas e privadas, cooperativas, universidades e entidades da sociedade civil;
- VI – Incentivo ou apoio à criação de linhas de crédito específicas para a apicultura sustentável;



Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

VII – Realização de campanhas educativas de conscientização ambiental e valorização da produção de mel local.

Art. 4º A gestão, o desenvolvimento e a operacionalização do Programa serão executados pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária:

- I – Definir os materiais, insumos e equipamentos a serem disponibilizados aos pequenos produtores;
- II – Estabelecer a quantidade e o tipo de incentivo a ser concedido a cada beneficiário, utilizando critérios objetivos, técnicos e imparciais;
- III – Observar, na seleção e concessão dos incentivos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 2º As decisões da Secretaria deverão sempre buscar o atendimento do interesse público, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições socioeconômicas da população rural.

Art. 5º Para fins desta Lei, considera-se pequeno produtor rural aquele que exerce atividade de produção rural em imóvel cujo somatório de áreas não ultrapasse 1,21 (um inteiro e vinte e um) módulos fiscais, conforme previstos no sistema nacional de cadastro rural.

Art. 6º Para ser beneficiário do Programa Municipal de Incentivo à Produção Sustentável de Mel – “Mel de Capitão”, o pequeno produtor rural deve comparecer na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e cumprir os seguintes requisitos:

- I – Ser classificado como pequeno produtor rural na forma desta Lei;
- II – Não haver inscrição no programa de outro beneficiário indicando a mesma área rural, ou parte dela;
- III – Possuir área apta para a produção sustentável de mel;
- IV – Estar inscrito no Cadastro de Produtores Rurais – CAD/PRO; do Estado do Paraná;
- V – Possuir bloco de produtor regularizado e com emissão de Notas Fiscais de produção;
- VI – Que o imóvel rural seja sediado no Município de Capitão Leônidas Marques;
- VII – Estar inscrito no programa de melhoramento da apicultura no município;

Art. 7º Os beneficiados, não poderão repassar, vender, emprestar, ceder ou alienar, a qualquer título, os materiais, insumos e/ou equipamentos recebidos do Programa, a outros produtores, sob pena de suspensão de outros benefícios ofertados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.



Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

Art. 8º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária realizará fiscalização periódica nas propriedades dos beneficiários, com a finalidade de verificar a correta aplicação dos incentivos concedidos no âmbito do Programa.

Parágrafo único. Constatado indício de uso indevido, desvio de finalidade ou não aplicação dos materiais, insumos e equipamentos recebidos, será instaurado procedimento administrativo, observadas as seguintes etapas:

- I – o beneficiário será previamente notificado para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- II – após análise da defesa, sendo confirmada a irregularidade, o beneficiário deverá devolver os bens recebidos ou restituir o valor correspondente, devidamente atualizado;
- III – em caso de violação ao art. 7º desta Lei, será aplicada multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais Municipais – UFM, cuja cobrança será inscrita em dívida ativa;
- IV – o beneficiário poderá ficar impedido de participar de novos programas de incentivo e responderá administrativa e civilmente pelos atos praticados.

Art. 9º Qualquer cidadão, bem como entidades da sociedade civil, associações, cooperativas, sindicatos rurais ou outros interessados, possui legitimidade para denunciar atos que violem esta Lei ou seus princípios norteadores.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios e parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil para a execução das ações previstas neste Programa.

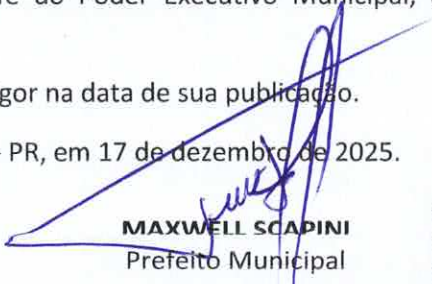
Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 12. Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal, por seus auxiliares, a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais, tributárias, previdenciárias e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.
§ 1º As demais normas e procedimentos necessários à execução desta Lei serão objeto de Decreto Municipal a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os casos omissos e as demais normas e procedimentos necessários à execução desta Lei serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de ato administrativo próprio.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 17 de dezembro de 2025.


MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

PUBLICADO

<input checked="" type="checkbox"/>	DIÁRIO ELETRÔNICO - Pág. 12112 Data: 18/12/25 - Edição: 3430
<input type="checkbox"/>	Jornal: _____ Data: ____/____/____